



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141399 - RS (2021/0011298-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : RAFAEL SELAU DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALINE DO AMARAL - RS085670  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL SELAU DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5054122-25.2020.4.04.0000).

O recorrente está preso preventivamente, desde 5/11/2020, pela suposta prática dos delitos dos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, inciso I e VII, todos da Lei n. 11.343/2006, e do art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do réu e afirma que a segregação cautelar está amparada unicamente na gravidade abstrata dos delitos imputados.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão hostilizada está devidamente fundamentada, pois o Tribunal de origem assim consignou ao manter a segregação cautelar do réu (fls. 138-139):

*Como bem destacou o Juízo de origem, o paciente "Atuava sob a coordenação de FABRÍCIO (GEGE), transportando carregamentos de dinheiro, em pagamento ao entorpecente fornecido, até a fronteira Brasil/Paraguai. Segundo dados colacionados ao Evento 2, REL\_MISSÃO\_POLIC6, Página 40, RAFAEL fazia frequentes viagens de ônibus para Foz do Iguaçu/PR, região fronteira com o Paraguai, muito provavelmente transportando valores relativos ao grupo liderado por ÉDER.*

*Verifica-se dos autos que, no dia 14/02/2020, o investigado foi alvo de abordagem e apreensão de R\$ 400.000,00 na cidade de Lajeado/RS, no contexto do caso 24 (item 1.1). Tais valores, consoante revelado em diálogo mantido entre o fornecedor PRI e FABRÍCIO (NENÊ), pertenceriam a ÉDER e seriam destinados a PRI (Evento 2, REL\_MISSÃO\_POLIC6,*

*Página 41).*

*Ao participar do carregamento de valores relativos ao narcotráfico, o investigado colaborou para a prática das condutas dispostas nos tipos dos artigos 33 e 35, c/c 40, I, e VII, da Lei nº 11.343/2006, e artigo 2º, caput, da Lei nº 12.850/2013".*

*De fato, as circunstâncias trazidas aos autos até o momento apontam para o envolvimento do paciente com poderosa organização criminosa voltada para o tráfico de entorpecentes, que entre junho de 2019 a junho de 2020, negociou aproximadamente 3.616 kg de entorpecentes (cocaína e crack), repassando a fornecedores, em seis meses de cerca de 35 milhões de reais, além de internalizar 20 fuzis e 40 pistolas.*

*Conforme a investigação policial, o paciente atuava no transporte de grande quantidade de dinheiro do grupo criminoso para o pagamento da droga fornecida até a fronteira Brasil/Paraguai, demonstrando o elevado grau de confiança da organização, configurando risco concreto à ordem pública, caso posto em liberdade.*

*Por outro lado, tratando-se de crime atribuído a organização criminosa, com indícios que o paciente dela participava, não há que se falar em ausência de contemporaneidade, vez que se trata de crime permanente.*

*Registre-se, diante da magnitude da operação deflagrada com diversos fatos a serem apurados e dezenas de pessoas investigadas podendo vir a ser desvendado outras condutas delitivas atribuídas ao paciente no curso da investigação, não há como se falar, nesse momento da investigação, em ausência de contemporaneidade necessária para a manutenção da segregação cautelar.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência